

POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ
QUARTEL DO COMANDO-GERAL



AJUDÂNCIA-GERAL

BOLETIM-GERAL

Nº 026

Curitiba, 6 de fevereiro de 2018
(Terça-Feira)

Para conhecimento e devida execução pela PMPR, torno público o seguinte:

1ª PARTE - SERVIÇOS DIÁRIOS

ESCALA DE SERVIÇO PARA O DIA: 7 de fevereiro de 2018 (Quarta-Feira)

Of. de Dia ao QCG: 2º Ten. QEOPM Jardel de Azevedo Martins

2ª PARTE - INSTRUÇÃO

ATO DO DIRETOR DE ENSINO E PESQUISA

Curso de Condutores de Veículos de Emergência - EAD

REDE NACIONAL DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA - EAD / SENASP

ABERTURA DE INSCRIÇÕES

O Diretor de Ensino e Pesquisa da PMPR, no uso das atribuições que lhe conferem a Portaria do Comando-Geral nº 330/2014 (Portaria de Ensino da PMPR), e considerando as vagas cedidas pela Rede Nacional de Educação a Distância - EAD - da Secretaria Nacional de Segurança Pública - SENASP, **RESOLVE**:

ABRIR o processo de **inscrições** para o preenchimento de **240 (duzentas e quarenta)** vagas ao **Curso de Condutores de Veículos de Emergência** na modalidade **Curso a Distância - EAD**, de 60 horas-aula, a ser realizado na plataforma da Rede EAD/SENASP no mês de **março de 2018**.

2. O curso será destinado a todos os Militares Estaduais interessados, com o requisito de possuírem **Carteira Nacional de Habilitação - CNH válida**, sendo que as vagas serão preenchidas por **ordem de inscrição**, ou seja, **os primeiros 240 (duzentas e quarenta) Militares Estaduais candidatos que se inscreverem serão matriculados**.

3. **Local e forma de preenchimento da inscrição online:**

a. O candidato deverá acessar o **“Sistema Eletrônico de Gerenciamento de Concursos”** através da **Intranet PMPR**, no endereço **<http://10.47.0.64:8080/concurso/>**, no período previsto para as inscrições e observando o horário oficial de Brasília/DF. Deve ser usado preferencialmente o **“Mozilla”** ou **“Google Chrome”**, pois o sistema não funciona inteiramente no **“Internet Explorer”**.

b. Período de Inscrição no SISTEMA DE CONCURSO/INTRANET: **das 10h do 2 fev. 18 às 12h do dia 8 fev. 18**. No dia subsequente ao final das inscrições será divulgada na Intranet/PMPR **uma relação com todos os inscritos** com seus respectivos números de inscrição, o qual servirá de referência para seleção descrita no item 2 da presente nota.

c. No concurso pretendido: “Curso de Condutores de Veículos de Emergência - EAD - SENASP” - CCVE/SENASP, deverá clicar no link **“inscreva-se”**.

d. Na próxima página, denominada “Concurso”, estará disponibilizado esta nota que deverá ser lida e em concordando com os termos, o candidato deverá marcar a caixa de seleção **“Li o edital inicial e aceito os termos”** e então clicar em **“Avançar”**.

e. Na próxima página “Candidato” será realizada a identificação do candidato, inserindo na caixa de texto o **número do RG (sem pontos ou hífen)**, logo em seguida com a marcação da caixa “Buscar”, o próprio sistema completará as demais informações sobre o candidato. É importante que o candidato confira se a informação sobre a Unidade em qual foi classificado está atualizada; não estando, deverá clicar em “Alterar Unidade”, selecionar a Unidade atual e clicar em “Aplicar”. Após isto, o candidato deve clicar em **“Avançar”**.

f. Na próxima página, “Inscrição” o candidato deverá preencher os dados para sua inscrição:

- **“Telefone fixo”**: o candidato deverá preencher o número completo, inclusive o DDD, citando o telefone fixo para contato, **devendo** ser o **telefone da Unidade** na qual trabalha.

- **“Telefone celular”**: o candidato deverá preencher o número completo, inclusive o DDD, citando o número de seu telefone celular para contato.

- **“Email”**: muita atenção no preenchimento deste campo, o candidato deverá digitar preferencialmente seu e-mail pessoal ou que mais acesse.

g. **ATENÇÃO: No campo “Observações”, OBRIGATORIAMENTE, o candidato deverá incluir os dados/informações sobre a Data de Nascimento, CPF e N° da CNH, nos seguintes moldes:**

Data de Nascimento: XX/XX/XXXX.

CPF: 000.000.000-00

N° do Registro da CNH: Deverá ser descrito o número, conforme exposto na figura abaixo:



4. Os alunos inscritos para o curso e que restarem **matriculados deverão concluí-lo** integralmente, sob pena das **sanções disciplinares cabíveis**, uma vez que **estarão ocupando vagas** limitadas ofertadas pela Rede EAD/SENASP. Eventual **pedido de desligamento** por justificada impossibilidade de continuidade no curso deverá ser realizado por meio de **requerimento** a este Diretor de Ensino e Pesquisa. (Ref. NB nº 054/DEP-3, de 2 fev. 18 e PID nº 580912-2).

3ª PARTE - ASSUNTOS GERAIS E ADMINISTRATIVOS

1. ATO DO CHEFE DO ESTADO-MAIOR

Descaracterização de Viatura/Autorização

A Chefe do Estado-Maior da PMPR, autorizou a descaracterização da viatura operacional marca GM, modelo Blazer, prefixo 9305, placas ASQ-0371, para o padrão administrativo, pertencente ao RPMon/1º CRPM em processo de transferência para a Diretoria de Desenvolvimento Tecnológico e Qualidade da PMPR. (Ref. Desp. nº 073/EM, de 1º fev. 18, Of. nº E00008/DDTQ, de 8 jan. 18 e Inf. nº 006/PM-4, de 30 jan. 18 e PID nº 574000-3, de 8 jan. 18).

2. ATOS DO DIRETOR DE PESSOAL

a. Determinação

Com fundamento no artigo 37, da Constituição da República de 1988¹, artigo 27, da Constituição do Estado do Paraná², bem como, com o objetivo específico de melhorar o gerenciamento e a resolução dos processos e procedimentos relativos à **autorização para aquisição de arma de fogo** (calibre restrito e permitido), **munições** (calibre restrito e permitido), **autorização de porte de arma de fogo**, em especial **para militares inativos** (reserva remunerada e reforma), com fundamento na Lei Federal nº 10.826/2003 - Estatuto do Desarmamento³, Decreto Federal nº 5.123/2004⁴ - Regulamenta o Estatuto do Desarmamento, Lei Estadual nº 16.575/2010 - Lei de

1 Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

2 Art. 27. A administração pública direta, indireta e fundacional, de qualquer dos Poderes do Estado e dos Municípios obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, razoabilidade, eficiência, motivação, economicidade e, também, ao seguinte:

3 Art. 4º Para adquirir arma de fogo de uso permitido o interessado deverá, além de declarar a efetiva necessidade, **atender aos seguintes requisitos:**

I - comprovação de idoneidade, com a apresentação de certidões negativas de antecedentes criminais fornecidas pela Justiça Federal, Estadual, Militar e Eleitoral e de não estar respondendo a inquérito policial ou a processo criminal, que poderão ser fornecidas por meios eletrônicos;

II - apresentação de documento comprobatório de ocupação lícita e de residência certa;

III - comprovação de capacidade técnica e de aptidão psicológica para o manuseio de arma de fogo, atestadas na forma disposta no regulamento desta Lei.

[...]

§ 8º **Estará dispensado das exigências constantes do inciso III (III - comprovação de capacidade técnica e de aptidão psicológica para o manuseio de arma de fogo, atestadas na forma disposta no regulamento desta Lei) do caput deste artigo, na forma do regulamento, o interessado em adquirir arma de fogo de uso permitido que comprove estar autorizado a portar arma com as mesmas características daquela a ser adquirida.**

Art. 6º - É proibido o porte de arma de fogo em todo o território nacional, **salvo** para os casos previstos em legislação própria e **para:**

I - os integrantes das Forças Armadas;

II - os integrantes de **órgãos referidos nos incisos do caput do art. 144 da Constituição Federal;**

[...]

§ 1º **As pessoas previstas nos incisos I, II, III, V e VI do caput deste artigo terão direito de portar arma de fogo de propriedade particular ou fornecida pela respectiva corporação ou instituição, mesmo fora de serviço, nos termos do regulamento desta Lei, com validade em âmbito nacional para aquelas constantes dos incisos I, II, V e VI.**

[...]

§ 4º Os integrantes das Forças Armadas, das polícias federais e estaduais e do Distrito Federal, **bem como os militares dos Estados e do Distrito Federal, ao exercerem o direito descrito no art. 4º (aquisição de arma de fogo de calibre permitido), ficam dispensados do cumprimento do disposto nos incisos I (comprovação de idoneidade, com a apresentação de certidões negativas de antecedentes criminais fornecidas pela Justiça Federal, Estadual, Militar e Eleitoral e de não estar respondendo a inquérito policial ou a processo criminal, que poderão ser fornecidas por meios eletrônicos), II (apresentação de documento comprobatório de ocupação lícita e de residência certa) e III (comprovação de capacidade técnica e de aptidão psicológica para o manuseio de arma de fogo, atestadas na forma disposta no regulamento desta Lei) do mesmo artigo, na forma do regulamento desta Lei.**

4 Art. 16. O Certificado de Registro de Arma de Fogo expedido pela Polícia Federal, precedido de cadastro no SINARM, tem validade em todo o território nacional e autoriza o seu proprietário a manter a arma de fogo exclusivamente no interior de sua residência ou dependência desta, ou, ainda, no seu local de trabalho, desde que seja ele o titular ou o responsável legal pelo estabelecimento ou empresa.

Organização Básica da PMPR- LOB/PMPR⁵, Decreto Estadual 7.339/2010 - Regulamento Interno de Serviços Gerais da PMPR - RISG/PMPR⁶, Portaria do CG nº 046/2010⁷, além de outros expedientes endereçados à Diretoria de Pessoal - Seção de Inativos - DP/4, determino que:

Os requerimentos de **autorização para aquisição de arma de fogo** (calibre restrito e permitido), **munições** (calibre restrito), e **autorização de porte de arma de fogo DEVERÃO, no momento do protocolo, serem cadastrados no sistema e- protocolo:** <https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/>;

As Unidades Militares (batalhões/Regimento ou Subunidades independentes), **DEVERÃO** providenciar o cadastramento dos militares estaduais para que possam operar no sistema e-protocolo, caso ainda não estejam cadastrados.

[...]

§ 2º-Os requisitos de que tratam os incisos IV, V e VII do art. 12 (Art. 12. Para adquirir arma de fogo de uso permitido o interessado deverá: [...] **IV** - comprovar, em seu pedido de aquisição e em cada renovação do Certificado de Registro de Arma de Fogo, idoneidade e inexistência de inquérito policial ou processo criminal, por meio de certidões de antecedentes criminais da Justiça Federal, Estadual, Militar e Eleitoral, que poderão ser fornecidas por meio eletrônico; **V** - apresentar documento comprobatório de ocupação lícita e de residência certa; **VII** - comprovar aptidão psicológica para o manuseio de arma de fogo, atestada em laudo conclusivo fornecido por psicólogo do quadro da Polícia Federal ou por esta credenciado.)deverão ser comprovados, periodicamente, a cada cinco anos, junto à Polícia Federal, para fins de renovação do Certificado de Registro. (Redação dada pelo Decreto nº 8.935, de 2016)

§ 2º-A. O requisito de que trata o inciso VI do art. 12 deverá ser comprovado, periodicamente, a cada duas renovações, junto à Polícia Federal. (Incluído pelo Decreto nº 8.935, de 2016)

§ 4º **O disposto nos § 2º e § 2º-A não se aplica, para a aquisição e a renovação do Certificado de Registro de Arma de Fogo, aos integrantes dos órgãos, das instituições e das corporações, mencionados nos incisos I e II, do caput do art. 6º da Lei nº 10.826, de 2003.** (Redação dada pelo Decreto nº 8.935, de 2016)

Art. 18. Compete ao Comando do Exército autorizar a aquisição e registrar as armas de fogo de uso restrito.

§ 3º Os requisitos de que tratam os incisos IV, V, VI e VII, do art. 12, deste Decreto IV, V e VII, do art. 12 (Art. 12. Para adquirir arma de fogo de uso permitido o interessado deverá: [...] **IV** - comprovar, em seu pedido de aquisição e em cada renovação do Certificado de Registro de Arma de Fogo, idoneidade e inexistência de inquérito policial ou processo criminal, por meio de certidões de antecedentes criminais da Justiça Federal, Estadual, Militar e Eleitoral, que poderão ser fornecidas por meio eletrônico; **V** - apresentar documento comprobatório de ocupação lícita e de residência certa; **VI** - **comprovar**, em seu pedido de aquisição e em cada renovação do Certificado de Registro de Arma de Fogo, a capacidade técnica para o manuseio de arma de fogo **VII** - comprovar aptidão psicológica para o manuseio de arma de fogo, atestada em laudo conclusivo fornecido por psicólogo do quadro da Polícia Federal ou por esta credenciado.) deverão ser comprovados periodicamente, a cada três anos, junto ao Comando do Exército, para fins de renovação do Certificado de Registro.

§ 4º **Não se aplica aos integrantes dos órgãos, instituições e corporações mencionados nos incisos I e II, do art. 6º da Lei nº 10.826, de 2003, o disposto no § 3º deste artigo.**

Art. 37. **Os integrantes das Forças Armadas e os servidores dos órgãos, instituições e corporações mencionados nos incisos II, V, VI e VII, do caput do art. 6º, da Lei nº 10.826, de 2003, transferidos para a reserva remunerada ou aposentados, para conservarem a autorização de porte de arma de fogo de sua propriedade deverão submeter-se, a cada cinco anos, aos testes de avaliação psicológica a que faz menção o inciso III, do caput do art. 4º, da Lei nº 10.826, de 2003** (Redação dada pelo Decreto nº 8.935, de 2016)

§ 1º **O cumprimento destes requisitos será atestado pelas instituições, órgãos e corporações de vinculação.**

5 Art. 16. A Diretoria de Pessoal é o órgão de direção setorial do sistema de pessoal, responsável pelo desenvolvimento, coordenação, fiscalização, orientação, acompanhamento e controle das atividades relacionadas com a classificação e movimentação de pessoal, mobilização, inativos, cadastro e avaliação, direitos, deveres, incentivos, gerenciamento e inspeção da folha de pagamento, identificação, pessoal civil, serviço auxiliar temporário, recrutamento, assistência social e psicológica, bem como pelo assessoramento às Comissões.

6 Art. 57. Compete ao Diretor de Pessoal:

- I - assessorar o Comandante-Geral e o Chefe do EMPM nos assuntos de pessoal;
- II - promover estudos com a finalidade de melhorar o desempenho do Sistema de Pessoal da Polícia Militar;
- III - administrar as atividades da Diretoria;
- IV - propor normas reguladoras do Sistema de Pessoal;
- V - apresentar sumários e relatórios de pessoal;
- VI - elaborar as normas gerais de ação da Diretoria;

[...]

XXII - elaborar orientações decorrentes das diretrizes do Comandante-Geral sobre a política de pessoal da Corporação;

7Art. 2º O militar estadual, atendidas às prescrições legais e regulamentares, poderá adquirir, na indústria ou no comércio, bienalmente, no máximo, até seis armas de fogo de uso permitido, observado o seguinte:

[...]

§ 3º **As aquisições de arma de fogo ou de munição por militar estadual inativo deverão ser feitas por intermédio da Unidade em cuja circunscrição territorial se localizar seu domicílio ou, se residente na capital, diretamente na Diretoria de Pessoal (DP), após prévia consulta e autorização do diretor.**

[...]

Art.17. Ao militar estadual da reserva remunerada ou reformado, desde que não tenha restrição para portar arma, a autorização para o porte de arma de fogo será válida pelo prazo de cinco anos, em todo território nacional, **cuja renovação será vinculada à comprovação de aptidão psicológica para o manuseio de armamento, verificada por intermédio de avaliação psicológica realizada por psicólogo vinculado ao órgão responsável pela atividade na PMPR ou credenciado na Polícia Federal.** (Alterado pela Portaria CG nº 817, de 16 de novembro de 2017).

Os requerimentos referentes ao porte, aquisição de armas de fogo e munições, **além de serem protocoladas no sistema e-protocolo, deverão** constituir autos, inclusive com número de páginas, **sendo vedada a tramitação de documentos de forma avulsa.**

Todas as Unidades Militares pelas quais tramitar o processo de e-protocolo **DEVERÃO** efetuar carga e encaminhamento eletrônico do processo (<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/>), **bem como, lançar parecer de encaminhamento**, de forma inteligível e em linguagem simples e sóbria, **e ainda promover no sistema a notificação do requerente** quanto ao motivo da tramitação.

A Unidade Militar competente para receber o requerimento do militar estadual inativo, deverá efetuar a conferência dos documentos indispensáveis para a análise do pedido do militar estadual inativo. Para tanto cada requerimento demandará a juntada de documentos específicos conforme cada requerimento **(veja a relação dos documentos de cada pedido clicando aqui: inserir link para os modelos de pedidos).**

A Unidade Militar competente para efetuar o protocolo do respectivo requerimento do militar inativo, deverá, depois de realizada a conferência dos documentos necessários para análise de cada pedido, remeter **via ofício individual (já que cada requerimento deverá formar autos de processo individual)** para o Diretor de Pessoal.

É vedada a junção de requerimentos diversos num mesmo auto, ou seja, em se tratando de requerimentos diversos, deverá cada um constituir-se em autos diversos e com numeração diversa, ainda que sejam do mesmo militar requerente.

Não será aceito o protocolo de requerimentos sem que estejam **com toda a documentação** necessária para análise do pedido e, **mesmo os casos que já se encontram em tramitação**, se constatada a falta de algum documento ou pendente providência a ser adotada pelo militar inativo requerente, serão os autos restituídos mediante ato do Diretor de Pessoal, à Unidade Militar com circunscrição sobre o endereço do militar inativo para que o notifique quanto à necessidade de saneamento das insuficiências constatadas no prazo de 15 (quinze) dias úteis a contar da data do recebimento da notificação.

O não atendimento da providência ou juntada de documento pelo militar inativo no prazo de 15 (quinze) dias úteis a contar da data de notificação para fazê-lo, implicará no arquivamento do processo em sua pasta funcional.

Caso o militar inativo requerente seja notificado sobre algum ato ou medida que por ele deva ser tomada nos autos, **inclusive retirada do documento**, e permaneça inerte, após **15 (quinze) dias úteis a contar da data do recebimento da notificação** os autos serão remetidos à Diretoria de Pessoal para arquivamento junto à pasta funcional.

Além dos documentos indispensáveis para análise do pedido do militar estadual inativo, **também é obrigatório que seja informado pelo mesmo o endereço de correio eletrônico pessoal (e-mail), pois será através do e-mail que o interessado receberá informações sobre a tramitação do seu pedido, e principalmente será notificado para tomada de alguma providência nos autos**, dentre elas a retirada de documento, deferimento ou indeferimento do pedido, etc.

Não serão aceitos protocolos de requerimentos sem que seja informado correio eletrônico (*e-mail*) do militar inativo requerente, sendo que o uso de tal ferramenta tem o intuito de fornecer um serviço público com maior eficiência, celeridade, transparência e eficácia ao administrado, o qual receberá diretamente em sua caixa postal a tramitação do pedido, sem que necessite efetuar ligações telefônicas ou mesmo comparecer junto à Seção onde porventura esteja tramitando seu processo para informar-se sobre o andamento do mesmo.

§ 1º Fica facultado ao militar estadual, às suas expensas, submeter-se à avaliação, mediante testes psicológicos por psicólogo credenciado pela Polícia Federal.

§ 2º **O militar estadual inativo deverá requerer ao Diretor de Pessoal a autorização para o porte de arma de fogo**, pleiteando sua submissão à avaliação psicológica por profissional da Corporação, ou anexando laudo original elaborado por psicólogo, devidamente cadastrado na Polícia Federal, consoante os modelos constantes nos anexos XII e XIII, desta Portaria, com as adaptações que se fizerem necessárias. **O requerimento poderá ser protocolado na Unidade da PMPR mais próxima do local de residência do interessado, se morador nos limites territoriais do Estado do Paraná, ou remetido pelos correios.**

[...]

§ 5º Não será aceito a avaliação psicológica, para obtenção da autorização para porte de arma de fogo ou para aquisição de arma de fogo, do militar estadual que houver sido reformado por patologia psicológica/psiquiátrica.

Os autos de processo de requerimento de autorização para porte de arma de fogo, aquisição de arma de fogo e munição (calibre restrito e permitido) dos militares estaduais inativos, **após efetivamente finalizados com todas as diligências necessárias, deverão ser encaminhados para registro, digitalização e arquivo eletrônico junto à Diretoria de Pessoal. Efetuada a digitalização dos autos de e-protocolo, as vias físicas serão restituídas ao militar interessado mediante recibo.**

Na medida do possível e assim que disponível, todos os processos de aquisição e porte de arma de fogo referentes ao pessoal inativo deverão ser protocolados e tramitarão via e-protocolo eletrônico (digital), inclusive com uso de certificação digital.

Publique-se em Boletim-Geral, para que surta todos seus efeitos, e para irrestrito conhecimento institucional e dos interessados.

(Ref. NB nº 007/DP-4, de 30 jan. 18 e PID nº 581126-4).

b. Licença Especial/Concessão

O Diretor de Pessoal da Polícia Militar do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto Estadual nº 7339/2010 (RISG/PMPR), Art. 57, Inc. XXVI, e pela Portaria do Comando-Geral nº 272, de 21 fev. 14, RESOLVE: Conceder 06 (seis) meses de Licença Especial aos policiais abaixo relacionados, em conformidade com o Art. 144, da Lei nº 1943/54 (Código da PMPR):

ÓRGÃO - SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA

| Nome/RG | LF | Cargo | Protocolo | Dias | Período Aquisitivo | | Fruição | |
|--|----|--------|-----------|------|--------------------|------------|------------|------------|
| FABRICIO ANDREZER DE LARA/ 94077486 | 1 | SD1C-3 | 150022428 | 180 | 20/12/2007 | 19/12/2017 | 08/02/2018 | 06/08/2018 |

(Ref. Port. nº 275/DP-5, de 24 jan. 18).

ÓRGÃO - SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA

| Nome/RG | LF | Cargo | Protocolo | Dias | Período Aquisitivo | | Fruição | |
|------------------------------|----|--------|-----------|------|--------------------|------------|------------|------------|
| SILVIA MARIANA BEAL/80012900 | 1 | SD1C-3 | 150021197 | 180 | 29/05/2006 | 28/05/2016 | 05/02/2018 | 03/08/2018 |

(Ref. Port. nº 353/DP-5, de 31 jan. 18).

c. Contagens de Licenças Especiais em Dobro

O Diretor de Pessoal da Polícia Militar do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto Estadual nº 7339/2010 (RISG-PMPR), Art. 57, Inc. XXVI, c/c Art. 68, Inc. IV, e fundamentado no parecer nº 008/2003-PGE, protocolado sob o nº 5.059.635-4, da lavra de Arianna de N. Petrovsky Gevaerd, Procuradora do Estado, aprovado pelos Srs. Procurador Chefe da PRA e Procurador-Geral do Estado em data de 13 de janeiro de 2003, RESOLVE: Declarar a incorporação para todos os efeitos legais, a Contagem de Licença Especial em Dobro ao serviço público, de acordo com o Art. 144, § 1º, da Lei nº 1943 de 23 de junho de 1954 (Código da PMPR), em favor de:

ÓRGÃO - SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA

| Nome/RG | LF | Cargo | Dias | D. Início | D. Final | Complementação |
|------------------------------------|----|-------|------|------------|------------|----------------|
| LUIZ VALCEDIR DE OLIVEIRA/41982322 | 1 | CABO | 360 | 17/11/2008 | 16/11/2017 | ACV 1778/09 |
| LUIZ INACIO/61775358 | 1 | 2SGT | 360 | 11/11/2007 | 10/11/2016 | ACV 2227/11 |
| SOLANGE NABOZNY TEDESCHI/66816109 | 1 | CAP- | 360 | 22/01/1996 | 21/01/2006 | |

(Ref. Port. nº 270/DP-5, de 24 jan. 18).